

Professor do Gama tem salário retido

Jorge Cardoso



Cristovam busca apoio

Os 1.819 professores das 45 escolas públicas do Gama terão uma decepção hoje, quando forem receber o seu contracheque. É que a Fundação Educacional decidiu ontem à tarde bloquear o salário de todos os educadores dessa cidade-satélite, em represália ao não preenchimento do mapa de frequência pelos diretores. Segundo Malva de Oliveira, diretora da Fundação, esta foi a única regional de ensino que não atendeu em tempo à solicitação do órgão. Na próxima terça-feira, eles vão receber o pagamento em folha suplementar.

Vários professores também deixarão de receber hoje, a antecipação da metade do 13º salário, conforme foi anunciado pelo GDF. Malva explicou que aconteceram alguns problemas técnicos, impedindo que fosse calculado o pagamento de todos os professores. No dia 21 desse mês a Fundação, também em folha suplementar, vai pagar a diferença salarial desses professores. "Os professores recém-contratados não têm direito ao décimo-terceiro", lembra a

diretora.

Frequência

Malva adiantou ainda que vários professores que trabalharam podem ficar sem o pagamento total nessa primeira etapa, porque a Fundação só vai pagar integralmente os educadores que têm frequência confirmada pela escola — cerca de 3 mil. Os outros 15 mil vão ter nos contracheques apenas os dias trabalhados na primeira semana de maio, já reajustados em 30% e a metade do 13º. Estes professores deverão procurar o departamento de pessoal da Fundação Educacional, a partir de terça-feira, para regularizar a situação.

Os professores que preencheram um requerimento especial, nos dias 2 e 5 de junho, solicitando o pagamento, só terão os contracheques no dia 14, junto com a folha suplementar do Gama. Malva alerta, porém, que a Fundação só vai regularizar o salário dos que preencheram as alternativas um e três, onde atesta que trabalharam integralmente ou retornaram ao trabalho no dia 29 de junho, atendendo ao chamado da Fundação.

Rendimento preocupa

8 JUN 1989

O Departamento Geral de Pedagogia (DGP) da Fundação Educacional já está definindo ações pedagógicas para serem sugeridas aos professores, no final da greve. Segundo Ana Maria Villaboim, diretora do DGP, estas ações serão necessárias para evitar que no final de 89 se repita o alto índice de reprovações de 88, quando 59 mil dos 350 mil alunos da rede não tiveram aproveitamento suficiente para serem aprovados.

Ana Maria afirma que o ensino vem perdendo a qualidade desde de 1987, quando começaram as greves prolongadas no setor educação. "As deficiências vêm crescendo como bola de neve nesses anos. O resultado é que o aluno acaba sendo empurrado para a série seguinte com muitas dificuldades". Para a diretora não é novidade falar que a reposição de aula, como vem sendo feita, não funciona. Somente haverá recuperação do processo, com a retomada dos

conteúdos do início do ano.

Revisão

O primeiro bimestre, segundo as estatísticas do DGP, é o que apresenta o mais baixo rendimento. Ana Maria explica que isso ocorre porque o aluno está voltando de um longo período longe das atividades escolares. "A paralisação aconteceu exatamente quando o estudante estava familiarizado com o processo de aprendizagem. A greve já comprometeu o 2º bimestre também. Por isso, será necessário efetivamente fazer uma revisão geral de todo o conteúdo ensinado até agora".

O DGP ainda não elaborou o novo calendário escolar, mas Ana Maria explicou que pedagogicamente será necessário criar uma semana de recesso entre os dois primeiros bimestres e os dois últimos. "Vamos voltar a trabalhar com os 180 dias mínimos exigidos pela lei. Isto representa uma folga de 10 dias dos que já estão perdidos".